



# DIÁRIO DA REPÚBLICA

**ÓRGÃO OFICIAL DA REPÚBLICA DE ANGOLA****Preço deste número - Kz: 850,00**

| Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncio e assinaturas do «Diário da República», deve ser dirigida à Imprensa Nacional - E.P., em Luanda, Rua Henrique de Carvalho n.º 2, Cidade Alta, Caixa Postal 1306, <a href="http://www.impresnanacional.gov.ao">www.impresnanacional.gov.ao</a> - End. teleg.: «Imprensa». | ASSINATURA     |                  | O preço de cada linha publicada nos Diários           |
|--|----------------|------------------|---|
|  | Ano            |                  | da República 1.ª e 2.ª série é de Kz: 75.00 e para    |
|  | As três séries | Kz: 1 150 831,66 | a 3.ª série Kz: 95.00, acrescido do respectivo        |
|  | A 1.ª série    | Kz: 593.494,01   | Imposto de Selo, dependendo a publicação da           |
|  | A 2.ª série    | Kz: 310.735,44   | 3.ª série de depósito prévio a efectuar na tesouraria |
|  | A 3.ª série    | Kz: 246.602,21   | da Imprensa Nacional - E. P.                          |

## SUMÁRIO

### Ministério da Administração do Território

**Decreto Executivo n.º 35/23:**

Aprova o Estatuto Orgânico da Administração Municipal de Luanda.  
— Revoga toda a legislação que contrarie o disposto no presente Diploma, nomeadamente o Decreto Executivo n.º 180/22, de 5 de Abril.

### Ministério dos Recursos Minerais, Petróleo e Gás

**Decreto Executivo n.º 36/23:**

Prorroga a Fase Subsequente de Pesquisa do Contrato de Partilha de Produção do Bloco 23, por um período de 4 anos, com efeitos retroativos a partir de 2 de Dezembro de 2022.

## MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO DO TERRITÓRIO

**Decreto Executivo n.º 35/23  
de 27 de Fevereiro**

Considerando que o Decreto Presidencial n.º 202/19, de 25 de Junho, regulamenta os princípios e as normas de organização e funcionamento dos Órgãos da Administração Local do Estado, fixando as respectivas estruturas organizacionais, bem como os mecanismos de operacionalização dos entes Administrativos Municipais, de modo a permitir uma maior participação dos munícipes na gestão da coisa pública, maior racionalidade orgânico-funcional e de recursos humanos neles integrados;

Havendo a necessidade de se adequar o regime de organização e de funcionamento dos órgãos e serviços da Administração Municipal de Luanda à luz do actual paradigma definido;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, em conjugação com o disposto no n.º 1 do artigo 129.º do Decreto Presidencial n.º 202/19, de 25 de Junho, determino:

**ARTIGO 1.º  
(Aprovação)**

É aprovado o Estatuto Orgânico da Administração Municipal de Luanda, anexo ao presente Decreto Executivo, que dele é parte integrante.

**ARTIGO 2.º  
(Dúvidas e omissões)**

As dúvidas e omissões resultantes da interpretação e aplicação do presente Decreto Executivo são resolvidas pelo Ministro da Administração do Território.

**ARTIGO 3.º  
(Revogação)**

É revogada toda a legislação que contrarie o disposto no presente Diploma, nomeadamente o Decreto Executivo n.º 180/22, de 5 de Abril.

**ARTIGO 4.º  
(Entrada em vigor)**

O presente Decreto Executivo entra em vigor à data da sua publicação.

Publique-se.

Luanda, aos 10 de Fevereiro de 2023.

O Ministro, *Dionísio Manuel da Fonseca*.

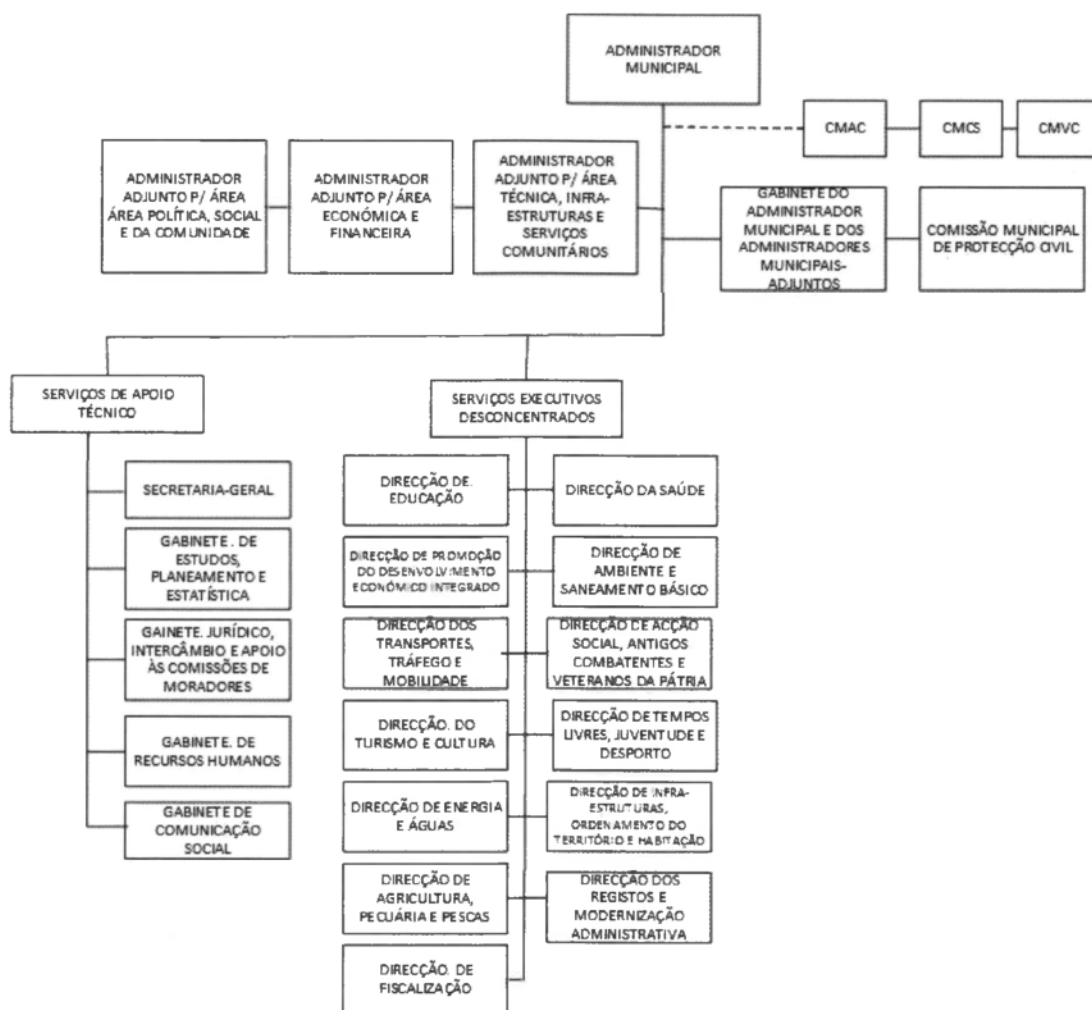
## ESTATUTO ORGÂNICO DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL DE LUANDA

### CAPÍTULO I Definição, Natureza e Atribuições

**ARTIGO 1.º  
(Natureza)**

A Administração Municipal de Luanda é o órgão desconcentrado da Administração Local, que visa assegurar a realização de funções executivas do Estado no Município, com base em instrumentos e acções de orientação e pro-

## ANEXO II Organigrama



O Ministro, *Dionísio Manuel da Fonseca*.

(23-1351-A-MIA)

## MINISTÉRIO DOS RECURSOS MINERAIS, PETRÓLEO E GÁS

### Decreto Executivo n.º 36/23 de 27 de Fevereiro

O Decreto n.º 85/06, de 1 de Novembro, outorga à Concessionária Nacional uma concessão exclusiva para o exercício dos direitos mineiros de pesquisa e produção de hidrocarbonetos líquidos e gasosos na Área de Concessão do Bloco 23.

A Concessionária Nacional, com vista à execução das actividades petrolíferas, celebrou, com o Grupo Empreiteiro do Bloco 23, um Contrato de Partilha de Produção, através do qual, o referido Grupo Empreiteiro assumiu todas as obrigações inerentes ao Contrato.

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da

Constituição da República de Angola, dos n.ºs 3 e 4 do artigo 12.º da Lei n.º 10/04, de 12 de Novembro — Lei das Actividades Petrolíferas, determino:

1. É prorrogada a Fase Subsequente de Pesquisa do Contrato de Partilha de Produção do Bloco 23, por um período de 4 (quatro) anos, com efeitos retroactivos a partir de 2 de Dezembro de 2022.

2. As dúvidas e omissões resultantes da interpretação e aplicação do presente Decreto Executivo são resolvidas pelo Ministro dos Recursos Minerais, Petróleo e Gás.

3. O presente Diploma entra em vigor na data da sua publicação.

Publique-se.

Luanda, aos 22 de Fevereiro de 2023.

O Ministro, *Diamantino Pedro Azevedo*.

(23-1372-A-MIA)